

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 60585.000454/2022-01

2. Descrição da necessidade

2.1. Recentemente a Secretaria da Receita Federal (SRF), que ocupa o Anexo II do Bloco O, pelo Termo de Execução Descentralizada (TED), aprovou o Projeto de Incêndio junto à Diretoria de Estudos e Análise de Projetos (DIEAP) do CBMDF. Tal projeto prevê o cumprimento dos requisitos do item 4.2.2.10 - Barras antipânico, da Norma Técnica nº 10/2015 - Saídas de Emergência do CBMDF.

2.2. A Norma Técnica determina que, em salas com capacidade acima de 200 pessoas e nas rotas de saída dos locais de reunião com capacidade acima de 200 pessoas, as portas de comunicação com os acessos, escadas e descarga devem ser dotadas de barras antipânico. Consta-se que as portas corta fogo instaladas no Edifício Anexo I, Bloco O, não possuem barras antipânico.

2.3. Além do exposto as verifica-se a necessidade de manutenção nas fechaduras das portas corta-fogo, com substituição de peças danificadas caso necessário, lubrificação e teste de funcionamento para que fiquem completamente funcionais, abrindo e fechando sem dificuldades.

2.4. De acordo com o Decreto nº 21.361/2000 - Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal, nos Art. 17 e 18 da instalação e conservação dos sistemas, são de responsabilidade do proprietário e usuário. Desta forma, é de responsabilidade do Ministério da Defesa a manutenção das portas corta-fogo e a instalação das barras antipânico.

2.5. Verifica-se que o Ministério da Defesa não dispõe de contrato específico para a instalação e revisão dos equipamentos essenciais que visam à segurança dos usuários da edificação. Tal serviço deve ser executado por profissionais habilitados e qualificados, para garantir a prontidão e o correto funcionamento do conjunto. A contratação pretendida possui a característica de serviço comum de engenharia, pois os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Também pode ser descrito por especificações gerais, de conhecimento público, sem prejuízo da qualidade do que se pretende contratar. Por fim, o serviço possui características padronizadas e se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.

2.6. A contratação deverá ter o regime de execução de empreitada por preço global, pois é possível prever de antemão todos os serviços e quantitativos necessários.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA (COSEG)	SO WAGNER PEREIRA DAS MERCES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para o atendimento dessa demanda a equipe de planejamento deverá providenciar os seguintes requisitos:

4.1.1. Elaboração de Termo de Referência a ser desenvolvido contendo o que segue:

- Especificações técnicas com a descrição dos materiais a serem utilizados especificando equivalência técnica;
- Memorial descritivo dos serviços a serem executados;
- Levantamento de quantitativos unitários de cada serviço direto e indireto que conste da planilha orçamentária de referência (este item deverá constar do processo e não no Termo de Referência);

- Planilha orçamentária de referência com quantidades e preços unitários e totais máximos a serem aceitos pela administração;

4.1.2. Classificação quanto à natureza dos serviços: é classificado como serviços comum de engenharia.

4.1.3. O Termo de Referência deverá prever os critérios e práticas de sustentabilidade como especificação técnica ou obrigação da contratada conforme usualmente se adota para esse escopo de contratação, podendo ser adotado as prescrições utilizadas em contratações anteriores da mesma natureza.

4.1.4. Duração do contrato: Os serviços a serem prestados no contrato em questão **correspondem a obrigações de fazer com escopo limitado à finalização da empreitada. O prazo estimado para a duração do contrato é de 120 dias corridos.**

4.1.5. Transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: não se aplica ao presente caso.

4.1.6. Soluções de mercado: o serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório, conforme se verificou nas licitações anteriores com objeto semelhante. A solução é padronizada no ramo da segurança contra incêndio e pânico para o setor público, entretanto a precificação dos mesmos deve ser feita especificamente para as necessidades do Ministério da Defesa, não sendo possível a comparação de outros contratos da Administração Pública Federal para estabelecimento de parâmetros de preços pois o volume e a característica dos serviços são próprios para o projeto a ser executado no MD.

4.1.7. Estabelecimento de vistoria ou de declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, conforme modelo sempre adotado nesse tipo de contratação.

4.1.8. Estabelecimento de comprovação de capacidade técnica-operacional.

1.1.9. Estabelecimento de comprovação de capacidade técnico-profissional.

4.1.9. Estabelecimento de exigência para prova de inscrição ou registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da localidade da sede da licitante. Alternativamente, será aceita declaração constando o compromisso registrar o visto no CREA-DF ou CAU-DF no início da execução do contrato, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com disposto no Inciso I do Art. 30 da Lei nº 8.666/93. No caso de a licitante possuir CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do CREA-DF, previamente à contratação, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com o escopo da licitação, de acordo com disposto no Inciso I do Art. 30 da Lei nº 8.666/93.

4.1.10. Os requisitos indispensáveis de que o objeto a adquirir/contratar deve dispor para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, estão dispostos pormenorizadas no tópico 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

4.1.11. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

4.1.11.1. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

5. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

- Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.11.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

4.1.11.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

5. Levantamento de Mercado

5.1. SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

5.1.1. O tipo de serviço de engenharia que se pretende contratar é bastante comum no mercado nacional, havendo diversas empresas de engenharia aptas a participarem dos pregões para a sua contratação. Tendo em vista o exposto, e considerando-se que o tipo de solução para a obtenção do resultado esperado é a contratação de empresa de engenharia, com capacidade técnica e econômica comprovada, conclui-se que a realização de pregão oferece a possibilidade da obtenção da maior vantagem para o MD.

5.1.2. Exemplos desse tipo de contratação por outros Órgãos e de contratações anteriores realizadas pelo MD temos:

- Contratação de serviço de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva com assistência técnica permanente dos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, do sistema de detecção, alarme e combate a incêndio, das medidas de segurança contra incêndio (exceto extintores de incêndio), da sinalização de emergência, das portas corta-fogo, dos sistemas fixos, das barras antipânico, dos reservatórios de incêndio e das bombas de incêndio da PR Barreiras/BA. Órgão: PROCURADORIA DA REPUBLICA - BA. Pregão Nº 13/2020. UASG 200031;

- Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos que compõem o sistema de prevenção e combate a incêndio, sem reposição de peças, instalados nas edificações do TCE-RJ. Órgão: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Pregão Eletrônico Nº 8/2020. UASG: 925464

- Contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de detecção, alarme e combate de incêndio dos prédios do Banco Central do Brasil, em Brasília. Órgão: Banco Central do Brasil. Pregão Eletrônico Nº 00109/2020. UASG: 179087

- Contratação de serviços de chaveiro para barras antipânico, com fornecimento de materiais. Órgão: Ministério da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UASG:153114

5.1.3. Analisando as contratações correlatas foram identificadas a existência de metodologias, tecnologias e inovações, sendo este ETP e o TR redigidos em observância as melhores práticas para o resultado pretendido, observando, ainda, a ampla participação do mercado na futura licitação.

5.2. SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

5.2.1 Por fim, entende-se que esses serviços não apresentam complexidade técnica ao objeto não se configurando dessa forma a necessidade de audiência pública. Cabe ressaltar que a quantidade de fornecedores em potencial que são capazes de executar o serviço não é considerada restrita e que na presente contratação não verifica a existência de requisitos que limitam a participação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O Fornecimento e instalação de barras antipânico para as portas corta- fogo e revisão das fechaduras, deve ser executada por técnicos habilitados e treinados e conforme as diretrizes da Norma Técnica nº 10/2015 - Saídas de Emergência do CBMDF e ABNT NBR 11785 de 11/2018 - os requisitos para as barras antipânico.

6.2. As barras antipânico a serem fornecidas e instaladas deverão possuir as seguintes características:

6.2.1. Possuir certificação junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

6.2.2. Materiais

a) Os materiais constituintes da barra antipânico devem ser metálicos e não podem apresentar “Ponto de solidus” inferior a 550°C. Quando destinados à utilização em portas corta-fogo, devem atender aos requisitos da norma específica.

b) O projeto deve prever o coeficiente de expansão dos materiais constituintes, de modo que seja assegurado o perfeito funcionamento dos dispositivos de abertura, até a temperatura de 100°C.

c) Os materiais susceptíveis de corrosão galvânica somente podem ser utilizados em contato direto entre si, quando adequadamente protegidos.

d) Os materiais susceptíveis de sofrer corrosão nas condições de trabalho também devem ser adequadamente protegidos, de acordo com o estabelecido na letra a do item 6.2.3.

6.2.3. Acabamento

a) Todos os componentes aparentes da barra antipânico devem apresentar acabamento liso e ser projetados de forma que não prendam a roupa dos usuários e não lhes ocasionem ferimentos.

b) Os componentes da barra antipânico devem apresentar acabamentos que assegurem uma proteção de tal ordem que resistam, no mínimo, a 120 h de ensaio em névoa salina, conforme a NBR 8094.

c) É considerada reprovada a amostra que apresentar falhas iguais ou superiores a 3,2 mm para cada lado das incisões, conforme critério de classificação da ASTM D 1654, e deterioração superficial superior ao grau de oxidação 6 (áreas de oxidação superior ou igual a 1%), conforme classificação da ASTM D 610.

d) Quando a barra antipânico for equipada com maçaneta no lado oposto, esta deve apresentar acabamento liso, sem defeitos de qualquer natureza.

6.2.4. Identificação

a) Deve estar marcada na barra antipânico, de forma legível e indelével, a sigla ou marca do fabricante.

b) A barra de acionamento deve conter inscrita, de maneira indelével e perfeitamente visível ao usuário, a palavra “EMPURRE”, em letras de no mínimo 15 mm de altura e 7,5 mm de largura. Esta marcação pode ser substituída por uma placa, fixada à porta, a 1 500 mm do piso, com dimensões mínimas de 200 mm x 100 mm, com instruções gráficas indicativas do funcionamento

6.2.5. Instruções para instalação

a) Os dispositivos antipânico, fabricados em conformidade com esta Norma, devem oferecer um alto nível de segurança. As portas onde forem instalados os dispositivos devem possuir no mínimo três dobradiças, não estar empenadas e com movimentação livre.

b) Ficam dispensadas das exigências de três dobradiças as portas cujo funcionamento se dá por conjunto de pivô superior e inferior.

c) Todo dispositivo antipânico deve ser fornecido acompanhado por instruções de instalação e manutenção.

- d) A instalação deve ser efetuada com parafusos, guarnições e acessórios fornecidos pelo fabricante.
- e) Qualquer substituição de peças somente pode ser efetuada por pessoal habilitado e com peças originais de fábrica

6.2.6. Garantia

6.2.6.1. Os fabricantes devem fornecer:

- a) garantia de cinco anos contra defeitos de fabricação e corrosão, desde que tenham sido observadas as instruções do fabricante;
- b) termos de garantia específicos para seu tipo de produto, nos quais devem constar instruções para transporte, estocagem, instalação e manutenção.

6.2.7. Certificação

- a) Pelo fato de se tratar de equipamento de segurança, a barra antipânico deve ser submetida a um Sistema de Certificação com a presente Norma NBR 11785, emitido por órgão competente.

6.3. Serviço de revisão das fechaduras

- a) Deverá ser feita a revisão completa nas fechaduras das portas corta-fogo, com substituição de peças danificadas caso necessário, lubrificação e teste de funcionamento para que fiquem completamente funcionais, abrindo e fechando sem dificuldades.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos foram realizados com base nas instalações corta-fogo existentes no Anexo II do Bloco O, Esplanada dos Ministérios. Os quantitativos a serem contratados são os discriminados abaixo:

--	--	--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	CÓDIGO SIASG
1	Fornecimento e instalação de 9 (nove) barras antipânico para as portas corta- fogo do Anexo I do Bloco O e revisão das fechaduras, com substituição de peças danificadas caso necessário, lubrificação e teste de funcionamento para que fiquem completamente funcionais, abrindo e fechando sem dificuldades. INCLUSO: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART	unid.	1,00	R\$ 19.924,38	R\$ 19.924,38	CATSER 1627
TOTAL GERAL					R\$ 19.924,38	

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O custo estimado da contratação é de **19.924,38** (dezenove mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos).

8.2. A estimativa de preços foi realizada em obediência ao Decreto 7.983/2013 que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências, mais especificamente como previsto nos artigos 3º e 6º do mesmo instrumento legal.

8.2. Os preços unitários e totais da planilha de referência foram obtidos conforme previsão legal constante no Decreto nº 7983 /2013 em atendimento aos Artigos 3º e 6º.

8.3. No caso em tela o sigilo do valor de referência, máximo aceitável, não se faz necessário, haja vista que tornar o valor da licitação sigiloso é um ato discricionário da Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A adjudicação deverá ser por menor preço global do item único pois se trata do objeto indivisível de serviços de Fornecimento e instalação de barras antipânico para as portas corta- fogo do Anexo I do Bloco O e revisão das fechaduras. Tal indivisibilidade decorre do fato de que é danoso e não desejável o fracionamento de responsabilidades entre o fornecedor e o instalador das peças neste serviço de engenharia. A adjudicação por itens pode prejudicar o conjunto dos serviços de manutenção ocasionando riscos aos usuários. Além do exposto, *“inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si”* - Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara.

9.2. Ademais, para a Administração Pública, há um ganho evidente na simplificação da fiscalização do contrato com a redução do número de contratos a serem fiscalizados.

9.3. Busca-se também evitar o aumento do número de fornecedores distintos, com o intuito de preservar ao máximo possível as rotinas de trabalhos, que são afetadas por eventuais descompassos na execução dos serviços por diferentes empresas.

9.4. Acrescente-se que lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, além da economia de escala proporcionada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação apresenta-se como uma atividade final, ou seja, é um evento único que após realizado não há a necessidade de se realizar outras contratações.

10.2. Além disso, não devem ser feitas contratações prévias para a execução dos serviços elencados nessa contratação.

10.3. Dessa forma, não existem contratações correlatas ou interdependentes que guardem relação com o objeto principal, interligando-se a esta prestação do serviço de manutenção dos sistemas de detecção e alarme contra incêndio e pânico.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação foi incluída no PGC 2022:

- Descrição: Fornecimento e instalação de 9 (nove) barras antipânico para as portas corta- fogo do Anexo I do Bloco O e revisão das fechaduras, com substituição de peças danificadas caso necessário, lubrificação e teste de funcionamento para que fiquem completamente funcionais, abrindo e fechando sem dificuldades.

- Item PGC 2022: 1349

12. Resultados Pretendidos

12.1. A presente contratação de fornecimento e instalação de 9 (nove) barras antipânico para as portas corta- fogo do Anexo I do Bloco O e revisão das fechaduras, traz as seguintes vantagens para ACMD:

- Preservação de vidas e patrimônio: a grande vantagem de um sistema operante de portas corta-fogo é a preservação da vida humana. A instalação da barra antipânico serve para conferir maior agilidade na desocupação dos ocupantes em caso de incêndio. É possível abrir a porta se usando apenas do peso do corpo sobre a barra.
- Contribui para a regularidade de operação do edifício perante os órgãos fiscalizadores: a presença de barras antipânico é obrigatória para a habitabilidade do edifício, segundo normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mais especificamente a norma Norma Técnica nº 10/2015 - Saídas de Emergência do CBMDF.

Adicionalmente, traz os seguintes fatores de economicidade para a Administração:

- Evita a ocorrência de sinistros com danos físicos e patrimoniais ao Ministério da Defesa.
- Evita a deterioração do equipamento de alto custo instalado, atualizando-o com equipamentos exigidos nas mais normas mais recentes.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Os integrantes da equipe técnica já receberam o treinamento ou detém cursos de capacitação adequados para o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem realizados. Deve ser avaliada cuidadosamente cada etapa de execução dos serviços e verificada a competência técnica dos integrantes da empresa responsável pelos serviços de manutenção, a fim de evitar acidentes e danos.

13.2. Também não há necessidade de adequação das instalações, tendo em vista que toda retirada e destinação dos elementos a serem retirados ficará a cargo da empresa contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O principal impacto ambiental da presente contratação refere-se a disposição final dos elementos a serem substituídos ou retirados da área. Dessa forma, deve ser verificado pela fiscalização de forma assídua a destinação dos elementos e a forma de disposição de cada um deles.

14.2. Deve ser assegurado que a disposição final dos resíduos da construção civil seja o local adequado, conforme as diretrizes vigentes no Distrito Federal, como a Unidade de Recebimento de Entulho, gerenciada pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU).

14.3. Além disso, deve ser assegurado que a área a ser desobstruída fique acessível para os usuários, sem restos de entulho ou quaisquer elementos que possam gerar acidentes.

14.4. É importante que a fiscalização aponte quaisquer irregularidades a serem sanadas pela empresa contratada, de forma a entregar os serviços de forma definitiva e sem quaisquer serviços inacabados.

14.5. Outro cuidado a ser tomado refere-se a utilização eventual de água para a limpeza. Caso esse evento ocorra, deve ser assegurado que não seja infiltrado materiais ou soluções que contaminem os aquíferos subterrâneos. Assim, a fiscalização deve estar atenta na verificação de quais materiais estão sendo utilizados para a execução dos serviços contratados.

14.6. Uma atenção a mais deve ser direcionada ao uso de solventes e elementos de pintura, para que eles não fluam para as redes de drenagem ou infiltrem no solo. Dessa forma, no local de utilização ou preparo desses materiais, deve ser assegurado que haja uma contenção para o caso de acidentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. De acordo com a PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD N° 2379, DE 27 DE ABRIL DE 2022, foi designada a equipe de planejamento da contratação composta pelos membros abaixo relacionados:

15.2. Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e a razoabilidade da aquisição

16. Responsáveis

FERNANDO MENDES DE ALMEIDA

Integrante técnico

ISAAC NEWTON DE CARVALHO

Integrante Administrativo

WAGNER PEREIRA DAS MERCES

Integrante Requisitante